

yuimaki



Protocolos de Consulta
A Importância do
Protocolo de Consulta

PROTOSCOLOS DE CONSULTA

▣ *Gleyson Teixeira,*

▣ *Vera Olinda*

A participação efetiva dos povos indígenas em decisões públicas, seja na formulação e execução de políticas específicas ou de programas e projetos que impactam as terras indígenas, é uma constante preocupação de lideranças indígenas no Brasil, em geral, e no Acre em particular. Sendo assim o direito de consulta passou a ser tema debatido por essas lideranças em várias atividades no período de 2011 a 2016, com vistas a garantir a aplicação da Convenção 169 da OIT.

Atividades como oficinas, reuniões políticas e seminários foram realizados com esta finalidade, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco. Reuniram-se anualmente para este debate cerca de 85 indígenas de 15 povos, 18 terras indígenas e 22 associações.

Foram diversas aprendizagens desse processo, como já foi publicado. Entra as principais estão: a difusão de informações sobre a Convenção 169; a evidência da necessidade de definir e aplicar procedimentos para a consulta, visando planejar estratégias para levar informações e garantir a participação dos povos indígenas, o fortalecimento da articulação política entre as lideranças de várias TIs; a formação de jovens lideranças; a presença de mulheres indígenas discutindo direitos, políticas públicas e atuando em espaços externos.



Um desdobramento concreto deste período foi a oficina para a construção do Protocolo de Consulta e Consentimento dos Povos Jaminawa e Manchineri da Terra Indígena Mamoadate (município de Assis Brasil – AC). De modo geral, os protocolos de consulta são vistos como instrumentos que informam as deci-

sões dos povos indígenas sobre as medidas que afetam suas terras e modos de vida. Expressam o entendimento dos povos e suas comunidades sobre sua participação em iniciativas que afetam seus modos de vida.

A elaboração do protocolo na TI Mamoadate se deve aos fatores desta terra indígena está localizada em região de tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia), onde estão previstos projetos de construção de estradas e outras iniciativas de desenvolvimento regional e integração entre esses países; evidências da presença de povos indígenas em isolamento voluntário na região; a recente realização de oficinas de PGTA, de cartografia e de GPS, de oficinas e reuniões do GT Transfronteiriço; e o resultado do trabalho de assessoria que o Lucas Manchineri prestou à CPI-Acre, com um relatório que apresentou uma série de demandas das lideranças locais referentes a proteção territorial. ◆



Atividades como oficinas, reuniões políticas e seminários foram realizados com esta finalidade, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco. Reuniram-se anualmente para este debate cerca de 85 indígenas de 15 povos, 18 terras indígenas e 22 associações.



A IMPORTÂNCIA DO PROTOCOLO DE CONSULTA

▣ *Lucas Artur Manchineri*

Entre os dias 11 a 15 de dezembro de 2017 foi realizada a 1ª Oficina de Elaboração do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada na Terra Indígena Mamoadate – Aldeia Jatobá. A oficina teve por objetivo elaborar o Protocolo de Consulta dos Povos Manxineru e Jaminawa. A motivação para esta oficina veio através das participações de alguns líderes Manxineru da Terra Indígena Mamoadate quando participaram das oficinas realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre. Também em 2014 vinte e sete professores Manxineru participaram do Curso de Magistério realizado pela Secretaria de Educação em que estudaram sobre a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e isso motivou todos para a realização da oficina sobre o direito de consulta. Dali os professores Man-

xineru viram que a Convenção 169 da OIT é importante e que seria necessário realizar uma nova oficina na Terra Indígena Mamoadate para poder aprofundar o entendimento sobre a Convenção 169. Pediram apoio da Comissão Pró-Índio do Acre, e entre os dias 13 a 17 de outubro de 2014, foi realizada a oficina na terra indígena, na aldeia Santa Cruz. Esta oficina foi mediada por mim.



A oficina de elaboração do protocolo, em dezembro de 2017, foi muito útil para o povo Manxineru. Contou com a participação das lideranças de todas as aldeias da terra indígena e com a participação dos parentes Jaminawa da TI Mamoadate.

Ficando clara a aplicação da Convenção 169 da OIT, ficando claro que a Terra Indígena Manchineri precisava ter seu protocolo porque estava sofrendo uma situação preocupante, o povo Manxineru reivindicou a elaboração do protocolo. Para os Manxineru o protocolo é mais uma ferramenta para que os governos o conheçam e saibam que os Manxineru conhecem as leis as leis que garantem os direitos dos povos indígenas. E um dos direitos é o de serem consultados em qualquer projeto e construções que nos afetem, nossa integridade e nossos territórios.

A oficina de elaboração do protocolo, em dezembro de 2017, foi muito útil para o povo Manxineru. Contou com a participação das lideranças de todas as aldeias da terra indígena e com a participação dos parentes Jaminawa da TI Mamoadate. Essa participação demonstra o interesse em conhe-



cer o direito dos povos indígenas e elaborar o protocolo. Durante a oficina houve várias falas dos participantes o protocolo seria mais uma ferramenta de luta pelos direitos Manxineru e que seria para que os governantes conheçam e respeitem a cultura deste povo. Ficou claro que um protocolo seria uma forma de dialogar com os governos municipal, estadual, federal e os legislativos e seria a maneira do povo Manxineru se expressar para todos esses, para que compreendam as reivindicações deste povo.

Na oficina os Manxineru e Jaminawa da Terra Indígena Mamoadate começaram a elaborar o protocolo na forma de debate e depois a escrita na lousa. Foi explicado sobre o que é direito de consulta e como se aplica a consulta livre, previa e informada. Após as explicações e os debates foram formados os grupos de trabalho para discutir e elaborar as respostas para as quatro perguntas principais para os protocolos. Segue abaixo as respostas que selecionei para três perguntas.

◆ O que deve ser consultado?

Todas as construções, projetos, programas dos governos. Exemplo: abertura de ramal, construção de escola, posto de saúde, estradas etc;

Projeto de leis federal, estadual, municipal que afetem a vida dos povos indígenas;

Mesmo no entorno das terras indígenas a permissão para madeireiro, garimpeiro, pescadores, que impacta a terra indígena, só pode ser dada se for feita a consulta aos povos indígenas afetados;

Os governos participativos devem consultar os indígenas para nomear pessoas que vão ser chefes de órgãos que atuam diretamente com os povos indígenas (educação, saúde, outros)

◆ Com quem deve ser feita a consulta?

Com todas as lideranças, professores, agentes de saúde, AISAN, agentes agroflorestais indígenas, parteiras, mulheres, jovens, alunos, velhos e sábios da comunidade, associações da terra indígena.

◆ Para que estamos fazendo a consulta?

Para os governantes respeitarem os nossos direito existente na convenção 169 da OIT Artigos 6º e 7º e na Constituição Federal Artigo 231 e 232;

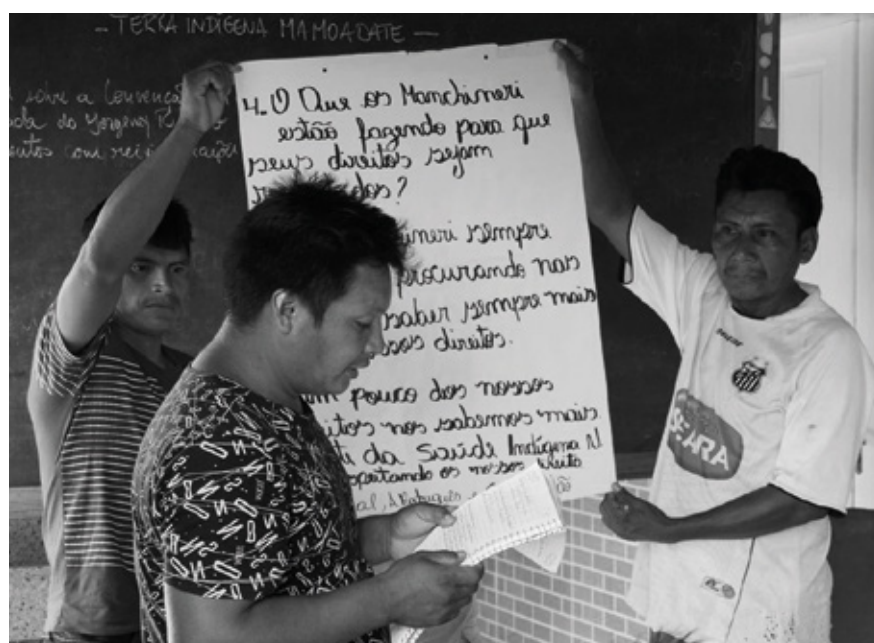
Para que os governos federal, estadual e municipal e para o legislativo estadual, Câmara Municipal e Congresso Nacional conheçam nossas opinião e reivindicações e as respeitem;

Fazer as instituições governamentais conhecerem o que é necessário para o diálogo honesto com as comunidades;

Para não aceitar o planos eos projetos do governo já prontos sem participação.

Isso mostra claramente a importância de elaborar o protocolo da Terra Indígena Mamoadate para os Manxineru e Jaminawa desta terra. Assim será a forma mais adequada para dialogar com os governos, com estes povos. Por isso que essa 1ª Oficina sobre o protocolo de consulta foi o primeiro passo dado pelo Manxineru, respondendo com seus jeitos a forma que querem ser consultados.

Para os Manxineru algumas construções e projetos de governo que vieram para Terra Indígena Mamoadate não deram certo pelo motivo que eles não foram consultados, nada foi pactuado antes e não saiu da forma que os Manxineru queriam. Com a elaboração desse protocolo de consulta vamos expressar nossas ideias sobre os grandes projetos, já dizendo que queremos ser consultado e que o povo Manxineru esta cada vez mais esperto e compreendendo os seus direitos. ◆





Também foram apresentadas informações sobre recursos e documentos preparatórios para a consulta:

- ◆ Foi informado que a consulta só é válida se todos os representantes indicados pela comunidade participarem;
- ◆ O Estado informa a terra indígena sobre a proposta de projeto ou outra ação que é o motivo da consulta;
- ◆ Tem que dar a informação completa e verdadeira sobre a proposta do projeto, que chama boa fé;
- ◆ Tem que ter boa explicação, mostrando não só os benefícios, mas ao impacto negativo do projeto ou proposta;



As reuniões de consulta devem ocorrer com o recurso financeiro do próprio governo; Durante as reuniões a explicação deverá ser em uma linguagem acessível e traduzido para as línguas Manxinerue Jaminawa;



- ◆ As reuniões de consulta devem ocorrer com o recurso financeiro do próprio governo; Durante as reuniões a explicação deverá ser em uma linguagem acessível e traduzido para as línguas Manxinerue Jaminawa;
- ◆ Tem que ter tempo suficiente para tirar as dúvidas e para que os indígenas entendam a proposta;
- ◆ Tem que respeitar os costumes dos povos Jaminawa e Manxineru durante o processo de consulta;
- ◆ Tem que disponibilizar documentos e realizar estudos e assessorias necessários para os povos indígenas;
- ◆ Tem que informar o início do processo para Funai, que vai acompanhar todo o processo.

A pergunta sobre como deve ser feita a consulta, também foi trabalhada na oficina.

A consulta tem que ser prévia e só é válida com todos os representantes das comunidades.

Piter Manchineri

Antes de entrar na Terra Indígena e nas comunidades, as lideranças da comunidade devem ser consultadas, por governos e políticos, que querem entrar para fazer algum trabalho ou projeto. Hoje, tem muitos políticos e gestores e até o prefeito, que vão para a terra indígena e não realizam a consulta. Também devem informar a Funai e outros órgãos que trabalham com os povos indígenas.

Josimar Jaminawa



O governo tem que nos consultar com boa fé; as propostas têm que ser bem explicadas para todos entenderem. Os governos não podem esconder as informações, tem que ter boa explicação, mostrando coisas boas e ruins antes de executar qualquer projeto, mostrando os riscos. Para fazer a consulta o governo interessado em fazer obras e projetos, tem que promover os espaços, ou seja reuniões de consulta com seus próprios recursos.

Durante as reuniões as falas dos governos deverão ser traduzidas para o Manchineri e Jaminawa, para todos entenderem o que foi falado. E ter tempo suficiente para tirar nossas dúvidas e entendermos as propostas colocadas.

Os governos precisam saber que as decisões das consultas feitas, só será válida se for o resultado de reuniões dos representantes de todas as aldeias.

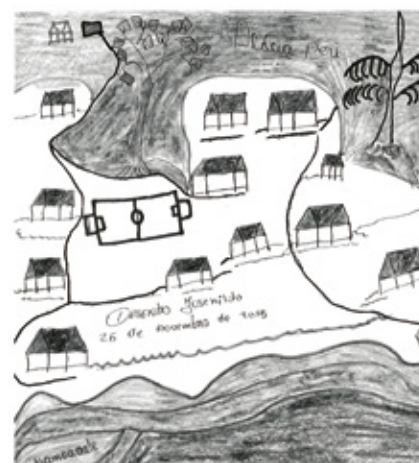
Manoel "Chipri" Manchineri

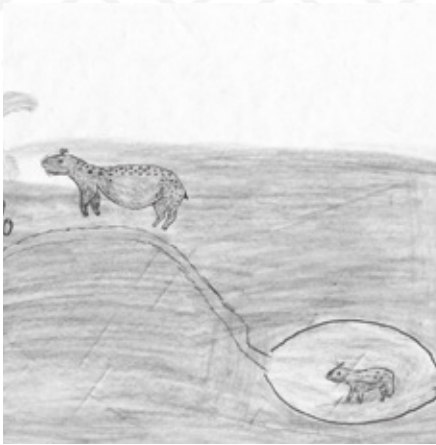
Respeitando os costumes dos povos Jaminawa e Manchineri, durante o processo de consulta, de acordo com os Artigos 06 e 07 da Convenção 169 da OIT.

Amauri Manchineri

Conversar com as aldeias através das lideranças e disponibilizar documentos durante as reuniões, repassando as informações prévias.

João Popi Manchineri





Se o projeto já vem no nome do povo indígena, nós lideranças, através de reuniões já realizadas com todas as aldeias Jaminawa, ficou decidido que somos representantes da comunidade, assim podemos tomar a decisão de avaliar os projetos, e se acharmos que está de acordo com nós Jaminawa aprovamos. Mas com certeza se precisar reunir de novo com a comunidade e trazer novas informações sobre esses projetos, vamos reunir, pois vai beneficiar todas as aldeias.

Sebastião Jaminawa



Se eu como liderança estou em uma reunião com representantes do governo, dizendo que tem um projeto para gente, e se o agente do governo me pergunta se eu que vou decidir, eu vou informar que terei que ir com a comunidade primeiro. Eu vou dizer que temos um protocolo e que nesse protocolo, falamos que não decidiremos nada com pressão. Temos que conversar bem sobre cada projeto que entrar na terra indígena, para que não surja algo que nos prejudique lá na frente.

Mila Manchineri



Nós aos poucos estamos conhecendo as leis e sabemos que se uma pessoa do governo vem nos informar de algum projeto para o povo, primeiro que vou perguntar quem escreveu o projeto, caso for algum Manchineri vou comunicar a todos os membros da comunidade para que todos participem e decidam como será o benefício desse projeto para os Manchineri e para os Jaminawa também.

Pedro Manchineri



A Funai deve fazer o diálogo direto com os governos que estão querendo elaborar os projetos conosco. A Funai deve nos ajudar nisso também, porque as vezes os projetos vêm para nossa terra e a Funai nem sabe desses projetos. E não é porque não comunicamos, mas é porque eles não têm comunicação com o governo estadual, mas gostaríamos também que a Funai soubesse desses projetos.

Amauri Manchineri



Pra mim é difícil dessas essas coisas acontecerem, porque desde sempre o governo já chega na Terra Indígena com os projetos prontos. Às vezes comunica só para o liderança ou um indígena na cidade, falando que está vindo projeto para a terra indígena. Isso é ruim, devemos ser consultados na elaboração do projeto; na construção de um ramal e qualquer outro tipo de projeto dos governos. Para decidir se isso vai ser bom ou ruim para a comunidade, porque quem vive na floresta é a gente e não eles. Nós sabemos o que estamos precisando porque vivemos aqui.

Josimar Jaminawa





EXPEDIENTE

yuimakĩ

Realização: Comissão Pró Índio do Acre - CPI/Acre;

Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC; Forest Trends;
Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Edição: Vera Olinda, Francisca Costa Arara, Juliet Matos.

Diagramação: Rayza Mucunã.

Apoio: RFN, Fundo Vale, SEDENS, FUNAI.